

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Construção, saúde e reabilitação: por uma análise da inter-relação
entre o biológico e o social em ciências sociais e em equoterapia**

Anna Bárbara Araujo

Brasília, 2012.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Construção, saúde e reabilitação: por uma análise da inter-relação
entre o biológico e o social em ciências sociais e em equoterapia**

Anna Bárbara Araujo

Monografia submetida ao curso de Ciências Sociais,
habilitação Sociologia da Universidade de Brasília para
a obtenção do grau de Bacharel em Sociologia.
Orientadora: Profa. Dra. Analia Laura Soria Batista

Brasília, 2012.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**Construção, Saúde e Reabilitação: por uma análise da inter-relação
entre o biológico e o social em ciências sociais e em equoterapia**

Anna Bárbara Araujo

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Analía Laura Soria Batista
Orientadora
Universidade de Brasília

Profa. Dr. Edson Silva de Farias
Universidade de Brasília

Brasília, novembro de 2012.

“Assim, o único fundamento possível da lei deve ser buscado na história, a qual, precisamente, aniquila todo tipo de fundamento. No princípio da lei, não existe outra coisa senão o arbitrário (no duplo sentido), a "verdade da usurpação", a violência sem justificativa. A amnésia da gênese, que nasce do fato de se estar acostumado ao costume, dissimula o que está enunciado pela brutal tautologia: "a lei é a lei, e nada mais". Quem quiser "examinar seu motivo", sua razão de ser, levando tal indagação "até a sua fonte primeira", ou seja, fundá-la remontando ao começo primordial, à maneira dos filósofos, descobrirá sempre essa espécie de princípio de desrazão suficiente.”

Pierre Bourdieu, 2007

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que colaboraram direta e indiretamente para a realização deste trabalho: minha família e amigos, a equipe da equoterapia e minha orientadora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Movimento nos três eixos.....	31
Figura 2 – Dimensões implicadas na equoterapia.....	33
Figura 3 – Eixos mobilizados na prática da equoterapia.....	34

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANDE – Associação Nacional de Equoterapia

PROIC – Programa de Iniciação Científica

UnB – Universidade de Brasília

RESUMO

O presente texto discute as possibilidades de construção de um modelo teórico-analítico calcado na não polarização da relação entre o biológico e o social e de sua operacionalização para a compreensão da prática da equoterapia. Para tal, fazemos um resgate dessas categorias no modelo teórico-analítico de quatro autores: Émile Durkheim, Karl Marx, Donna Haraway e Tim Ingold. A partir do debate gerado nesse primeiro momento, buscamos construir nosso próprio modelo para analisar a equoterapia, procedimento que utiliza o cavalo enquanto instrumento de reabilitação. Interessa-nos analisar as relações entre biológico e social na equoterapia em duas instâncias: na narrativa, cristalizada nas pesquisas sobre o tema, na apresentação dos centros de equoterapia e no discurso dos equoterapeutas e nas práticas, analisadas a partir do acompanhamento das sessões de equoterapia com crianças com necessidades especiais de uma hípica do Distrito Federal.

Palavras-chave: Equoterapia, saúde, reabilitação, dicotomia.

ABSTRACT

This paper discusses the possibilities of building a theoretical-analytical model underpinned at the non-polarization of the relationship between biological and social dimensions and their operationalization for understanding the practice of hippotherapy. For this, we make a persuance of these categories in the theoretical-anaytical model of four authors: Émile Durkheim, Karl Marx, Donna Haraway and Tim Ingold. From the debate generated in the first instance, we seek to build our own model to analyze hippotherapy, a procedure that uses the horse as a tool for rehabilitation. We are interested in analyzing the relationship between biological and social in hippotherapy in two instances: in the narrative, crystallized in the polls on the subject, in the presentation of equine therapy centers and in the discourse of hippotherapists and practices, analyzed from the monitoring of hippotherapy sessions with children with special needs in a equestrian center at Distrito Federal.

Key-words: Hippotherapy, health, rehabilitation, dichotomy.

Sumário

Introdução.....	11
Cap.1- Notas sobre as imagens da relação natureza e cultura e a construção da sociologia.....	13
1.1 Durkheim	13
1.2 Marx.....	16
Cap.2- Por uma visão menos essencialista: Novas perspectivas acerca da relação natureza e cultura e biológico e social.....	22
2.1 Donna Haraway.....	22
2.2 Tim Ingold	23
2.3 Diálogo e construção do modelo teórico-analítico.....	25
Cap. 3- Contexto Metodológico.....	27
Cap.4- O discurso da equoterapia.....	30
4.1- A equoterapia.....	30
4.2 – A totalidade da equoterapia.....	31
4.3 – As pesquisas em equoterapia.....	37
Cap. 5- A prática da equoterapia.....	39
5.1- A hípica.....	39
5.2- As sessões.....	41
5.3 Relações entre discurso e prática.....	45
Cap.6- Considerações Finais.....	47
Bibliografia.....	48

Introdução

Desde seus primórdios, a sociologia (e porque não dizer, as ciências sociais de um modo geral) se mostra imbuída em um constante exercício de “desmistificação” do mundo. Explico-me: sua missão, por assim dizer, consiste na desconstrução e construção de significados, de textos, sobre o domínio do social. Sendo assim, o surgimento e o desenvolvimento da disciplina trazem em seu bojo a substituição de explicações sobre o comportamento humano fundadas em preceitos naturalistas, religiosos e fatalistas por explicações que remetem esse comportamento ao próprio “social”. Esses processos de dessacralização (na medida em que ganham espaço na significação do real o arbitrário e contingente, por oposição ao imutável e o natural, no sentido de fixado, irrefletido) são ancorados ora em discursos cientificistas que vêm nessas explicações a verdadeira resposta às questões do humano e do social (como em Durkheim, por exemplo), ora em perspectivas que atribuem à sociologia e seu processo de desconstrução o mesmo status de outras narrativas sobre o mundo (esse parece ser o caso de Simmel, entre tantos outros).

Independentemente do local conferido à sociologia pelos diferentes autores que dela se ocuparam, seu caráter desconstrucionista permanece inalterado. Este processo de historicização de que se ocupa a disciplina diz respeito a um processo de desvendamento da fragilidade dos processos sociais, que, são tornados coisas justamente na medida em que se rejeita sua historicidade. Tem-se aí a reificação, ou coisificação, por oposição a historicização tão cara à sociologia. A compreensão dos processos – e não os processos em si mesmos, cabe lembrar – passa a ser marcada por binarismos que servem como atalhos na compreensão do mundo. Essa coisificação tem efeitos bastante perceptíveis no que diz a construção de oposições básicas, i.e. universalizadas e apriorísticas. Mais uma vez, nesse sentido, a missão desnaturalizante da sociologia vem à tona, uma vez que como parte de seu projeto disciplinar ela vem desconstruindo uma série de oposições binárias, vigentes em imagens não especializadas e especializadas acerca do mundo social. Sendo assim, dicotomias como indivíduo e sociedade, agência e estrutura, sujeito e objeto deixam de ser usadas acriticamente, nos discursos sociológicos, e vão sendo substituídas por conceitos que buscam, cada vez mais, dar conta da relacionalidade e interdependência das dimensões do mundo, e por conseguinte, que eliminem gradativamente (mas nunca totalmente) a metafísica presente nos discursos sociológicos e no entendimento do mundo.

Quando se trata da talvez maior dicotomia presente na disciplina, no entanto, esse processo de historicização e de substituição de visões reificadas parece estar pouco desenvolvido. É justamente no entendimento da relação natureza e cultura que podem ser encontradas as maiores reificações. Cada uma dessas dimensões é entendida como um domínio separado e estanque, e como se relações que se estabelecem entre eles se dessem *a posteriori*. Assim, natureza e cultura transformam-se em termos antitéticos e ontológicos, e a partir de seu entendimento em termos de oposições, decorrem outros binarismos, como afirma Velho (2001, p. 133):

A natureza científica das “ciências sociais” nunca deixou de ser um problema. Uma solução elegante, que vem do final do século XIX e é associada a Dilthey (e posteriormente a Weber), consistiu em distinguir as “ciências do espírito” (Geisteswissenschaften) das “ciências da natureza” (Naturwissenschaften). Essa solução, aparentemente nova, na verdade não fez mais do que se enquadrar num dos lados de uma oposição fundante entre natureza e cultura. Oposição que, juntamente com uma série de outras (como a entre sujeito e objeto e entre razão e emoção), parece fazer parte de um quadro que ganhou organização especial no século XVIII (sendo radicalizado no século seguinte) e que costuma ser associado à modernidade (quicá, no caso, preferencialmente por sua via romântica).

Desse tipo de entendimento da relação entre natureza e cultura resulta também a oposição entre biológico e social, que embora seja uma oposição que permita diversas gradações e a construção de suturas entre os pólos – assim como a própria oposição entre natureza e cultura – continua marcada nas ciências sociais, assim como em outros campos do conhecimento. Nossa suposição é a de que uma outra compreensão da relação natureza e cultura e dos binarismos dela decorrentes resultaria em um novo tipo de compreensão dos fenômenos sociais, compreensão esta calcada na relacionalidade e na reticularidade dos processos, muito mais do que na independência e oposição dos mesmos.

Neste trabalho, nos debruçaremos sobre os modos de entendimento da relação natureza e cultura e biológico e social *nas ciências sociais e na equoterapia* (prática que utiliza o cavalo como instrumento de reabilitação). Num primeiro momento interessamos abordar brevemente algumas concepções teórico-analíticas acerca dessas relações para em seguida discorrer sobre como, na equoterapia, a construção dessas relações está intimamente relacionada aos fundamentos da prática.

1. Notas sobre as imagens da relação natureza e cultura e a construção da sociologia

Escolhemos, para os propósitos deste trabalho, no debruçar sobre alguns autores em especial, que elegemos por razões diversas. É importante pontuar que não buscou-se aqui uma reconstrução exaustiva dos modelos teórico-analíticos desses autores, ou mesmo do modo com operam certos conceitos em seus esquemas interpretativos. Aqui eles ocupam a função de ilustrar diferentes modos de compreensão da relação natureza e cultura e biológico e social, nos interessando, especialmente considerar os graus de substancialização e de dessubstancialização desses e de outros binarismos, em diferentes autores.

1.1 Durkheim

Durkheim tomou para si, sem dúvidas, a tarefa de fundar a sociologia enquanto disciplina científica, como um grande projeto de sua vida. Sua obra, de modo geral, está marcada por um caráter normativo, onde o autor define o que é (ou o que deve ser) a sociologia e como quem dela se ocupa deve se portar diante dos fenômenos sociais ao estudá-los.

Talvez justamente por essa feição embrionária de sua sociologia, e tendo em vista a exigência em legitimá-la enquanto campo autônomo do conhecimento (não sendo, portanto, mero ramo da filosofia ou da psicologia), Durkheim adotou uma postura de total separação entre os chamados campos biológico, psicológico e social, devendo a sociologia limitar seu domínio ao último desses campos e se reportar somente a ele¹. Surge aí uma noção cara à sociologia durkheimiana, a ideia de que os fatos sociais seriam *sui generis*, e, portanto, sua explicação deve, impreterivelmente, rejeitar quaisquer argumentos de base biológica ou psicológica.

É interessante notar que, embora Durkheim seja totalmente refratário às explicações de base biológica no que tange à sociologia, boa parte das noções que ele utiliza para falar do “social” são extraídas da biologia: são comuns em seu texto termos como função, espécie e ordem, e pode-se perceber que ele adota ao falar da sociedade, um modelo que metaforiza o organismo.

¹ Há, claro exceções a esse respeito, e Durkheim chega a falar de fenômenos psicossociais (DURKHEIM, 2007), mas estes não são, nesse primeiro momento da disciplina, o foco por excelência da reflexão sociológica, e por isso não nos deteremos aqui sobre esse assunto.

A obra durkheimiana é marcada por uma série de dicotomias: solidariedade mecânica e solidariedade orgânica, sagrado e profano, indivíduo e sociedade e, é claro, biológico e social. Em Durkheim, as dicotomias tem um papel destacado no que tange a construção de sua teoria, servindo como esquemas de orientação e de classificação que ajudam a definir o escopo da teoria social.

Para analisar melhor a relação que Durkheim estabelece entre os domínios biológico, psicológico e social lançaremos mão do texto *Representações Individuais e Representações Coletivas*. No referido texto, Durkheim lança mão de um argumento analógico: o autor se empenha em mostrar como essas duas instâncias da vida: psíquica (individual) e social (coletiva, nesse sentido), apresentam-se como fenômenos *sui generis*, não podendo reduzir-se ao substrato que lhes dá origem.

O autor argumenta que a vida psíquica não é epifenômeno da vida física, como supunham alguns psicólogos da época. Durkheim rejeita essa hipótese afirmando que as representações individuais tem um forte caráter criador, que a partir delas são geradas outras representações, e nesse sentido, há ação da memória, e há ainda a contínua atuação de uma representação sobre uma nova representação. Já a vida física, para ele é o reino da indivisão, da aleatoriedade, da não classificação, e a condição para que esta deixe de ser uma massa amorfa, indiferenciada é que a partir dela se forme a vida psíquica, com suas representações, que por sua vez estabelecem unidades, continuidades, limites para os objetos, imagens e idéias.

Para Durkheim, é ponto pacífico que as representações impescindem de um substrato físico para se realizarem, que há nelas uma base fisiológica, cerebral, no entanto, a agência que elas estabelecem entre si, suas leis e seu funcionamento nos levam a crer que elas dizem respeito a algo *além* desse substrato, que elas formam um todo que é qualitativamente superior a esse substrato, e que a vida mental possui autonomia (mesmo que relativa) no que toca este substrato. Essa especificidade das representações individuais em relação à matéria fisiológica é análoga a especificidade dos fatos sociais em relação aos indivíduos: nos dois casos, as sínteses não se fazem a despeito de seu substrato, mas formam um todo que o supera, ao qual são exteriores, e ao qual se impõem. A base fisiológica e a natureza individual são, para as representações individuais e para as representações coletivas, respectivamente, apenas uma matéria indeterminada, disforme e no entanto, plástica, que essas representações determinam e transformam. As representações coletivas dependem dos indivíduos, mas dos indivíduos em associação, o que produz algo de natureza distinta, onde o que é

próprio a cada indivíduo perde força em nome da totalidade. O que define as representações individuais e as representações coletivas é a síntese que elas formam e não seus elementos e é a partir da noção de totalidade que estes fenômenos tornam-se inteligíveis, e uma vez formada a totalidade, novas totalidades são possíveis – neste caso o papel dos substratos fica menos evidenciado. Em suma:

A vida representativa não se pode repartir de uma forma definida entre os diversos elementos nervosos, já que não existe representação para a qual não colaborem vários desses elementos. Mas ela só pode existir no todo formado pela reunião de todos esses elementos, tal como a vida coletiva só pode existir no todo formado pela reunião dos indivíduos. Nenhuma delas é composta por partes determinadas que sejam assinaláveis a partes determinadas dos respectivos substratos. Cada estado psíquico se encontra assim, perante a constituição própria das células nervosas, nas mesmas condições de independência relativa em que se encontram os fenômenos sociais perante naturezas individuais (DURKHEIM, s.d., p. 200).

Mas é importante notar que é a vida social que oferece as representações individuais e coletivas, mediante a socialização, aqui entendida como o processo pelo qual a vida psíquica coletiva se interioriza nas vidas coletivas individuais, o indivíduo enquanto instância psíquica passa a existir depois de ação da sociedade sobre a vida individual. Note-se que para Durkheim, o social é uma dimensão ideativa, uma psiqué, o social, esse todo que transcende as partes, tem um efeito reativo, de reconstrução, sobre essas representações de ordem individual. A importância deste todo aparece mais uma vez quando o autor argumenta que é a sociedade que fornece as categorias de pensamento, como fica mais evidente nas “Formas Elementares da Vida Religiosa”, e que são as representações coletivas que permitem o entendimento do mundo, na medida em que elas são também formas de agir, de sentir e de pensar, esta compreensão só se faz possível porque as categorias se equalizam e se coletivizam mediante a socialização, esta é, em última instância, uma comunhão de sentidos que permite a perpetuação do todo.

Para o autor, o biológico, o psicológico e o social se combinam justamente nas manifestações privadas dos fenômenos sociais, onde há traços do elemento coletivo introjetadas no indivíduo ao mesmo tempo em que tem espaço, nessas manifestações, sua constituição orgânico-psíquica. Mas essas manifestações individuais, cabe notar, não são para Durkheim, fenômenos propriamente sociológicos (cf. Durkheim, 2007, pp. 9).

Já no texto “El dualismo de la naturaleza humana y sus condiciones sociales” Durkheim afirma que é a civilização que torna o homem diferente do animal, nesse sentido, a humanidade diz respeito a um processo onde o “social” age na medida em que atrofia o biológico, o animal, que existe no indivíduo, sendo aí a negação da animalidade, entendida também como impulso e instinto. Cabe notar que este processo é histórico, (uma vez que a sociedade é ela mesma uma entidade histórica) mas é também um processo que se realiza em cada indivíduo (entendido aí como ente biológico) através da educação, que permite que a sociedade se imponha, modele e confira uma orientação moral (pela negação das sensibilidades) a esse indivíduo.

Durkheim toma como modelo de explicação do indivíduo a figura do *homo duplex* ao afirmar a dualidade entre o corpo, lugar de sensações, da materialidade e do egoísmo, e a alma, onde reina o conceito, o universal e o altruísmo. O primeiro campo diz respeito às coisas com as quais nos relacionamos diretamente e ao nosso organismo, enquanto o segundo é formado por aquilo que é sagrado, durável e impessoal. Nas palavras de Durkheim:

Esta dualidad corresponde, en suma, a la doble existencia que llevamos corrientemente: una puramente individual, que tiene raíces en nuestro organismo, la otra social que no és más que la prolongación de la sociedad (DURKHEIM, 2011, pp. 199).

Nesse sentido, agir coletivamente é negar o reino do corpo, na medida em que há a demanda de rejeitar os instintos, a individualidade física, em nome de uma entidade maior, abraçar o social implica recusar, em alguma medida a própria natureza e justamente por isso, essa dualidade é fonte de conflitos (DURKHEIM, 2011). Cabe notar também que, para o autor é justamente essa rejeição que tornaria os seres humanos únicos e distantes dos animais.

1.2 Marx

A obra de Marx e Engels está pautada por uma discussão sobre o processo de humanização, onde é possível compreender de que maneira esses autores pensam a relação entre biológico e social, de modo que ora a reflexão sobre esses assuntos pode ser encontrada de forma clara e direta, ora como apêndice de uma reflexão mais

alongada sobre a história das sociedades. Buscamos aqui identificar algumas dessas discussões e trazê-las à tona, para tal, nos deteremos sobre alguns textos específicos, que ilustram bem essas reflexões.

Logo na primeira parte da *Ideologia Alemã* (1989), Marx e Engels deixam clara sua visão do que constituiria, num primeiro momento, a humanidade:

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião e por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a produzir seus meios de existência, e esse passo à frente é a própria consequência de sua organização corporal. Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material (p. 13).

No mesmo texto, os autores assinalam que a produção dos meios que permitem a satisfação das necessidades – ou seja, a transformação da natureza de modo que esta fique a serviço do homem – constitui o primeiro fato histórico. Mais uma vez, fica patente que para os autores, o que separa os homens dos animais é o tipo de relação que estes estabelecem com o seu meio circundante. Essa produção, cabe dizer, é social, na medida em que depende do esforço conjunto de várias pessoas; e também natural, uma vez que a dependência dos indivíduos entre si é ela própria natural, no sentido de que diz respeito a um processo esperado e no entanto irrefletido do desenvolvimento humano.

Para Engels, o que permitiu que os homens tivessem essa relação diferenciada com seu meio circundante foi a criação do utensílio, na medida mesma em que este representa justamente a ação modificadora do homem em relação à natureza e permite o início da produção social (no sentido marxista de satisfação das necessidades) e do trabalho. Ora, neste argumento fica claro que para o autor é exatamente a possibilidade de transformar a natureza que torna o homem distante dessa – i.e. não totalmente submetido à – mesma natureza, passando ele para o pólo da história e fazendo parte do desenvolvimento sucessivo e continuado que a ascensão ao campo da história proporciona², nas palavras de Duarte (2006):

² À medida que os homens vão adentrando o campo da história, o que se tem é um processo de contínuo distanciamento entre a *necessidade* e sua *satisfação*, na medida em que entre elas passa a existir uma cadeia crescente de ações (sociais) visando justamente a realização da necessidade. Há aí a interposição de uma série de elementos que vem complexificar e organizar essa realização, num grau cada vez mais elevado. Esses elementos permitem também que surjam novas necessidades, não diretamente submetidas ao campo do biológico (entendido aí enquanto campo das necessidades mais básicas) e que ligam-se ao desenvolvimento sócio-histórico de uma determinada cultura.

Pelo fato das relações entre o gênero humano e a natureza serem mediatizadas por ações que não satisfazem necessidades biológicas e por objetos (os instrumentos) que também não satisfazem diretamente as necessidades dos indivíduos, forma-se na atividade social uma tendência à expansão tanto da amplitude dos fenômenos naturais incorporados à dinâmica sociocultural como também das relações que os seres humanos estabelecem uns com os outros e com suas próprias atividades e seus próprios produtos. A mediação torna-se um fenômeno essencial ao gênero humano (pp. 612).

Quanto mais os homens entram no campo da história, mais eles passam a ter *consciência* de seus atos e mais estão aptos a prever como se comporta a natureza e também como se comporta a história (enquanto o controle, no sentido de antecipação, sobre a primeira aumenta gradativamente e em ritmo acelerado³, quando se trata da última o grau de imprevisibilidade é sempre maior que o de previsibilidade).

O primeiro utensílio do qual se utiliza o homem, para Engels, é a própria mão. Ela é ao mesmo tempo objeto do trabalho e produto do trabalho, uma vez que para o autor, ao longo das gerações, as funções manuais e o próprio tato foram se desenvolvendo e se aperfeiçoando de acordo com as necessidades a que serviam – necessidades essas que passaram também a ser cada vez mais complexas e especializadas. Note-se que o pensamento do autor aponta para uma visão reticular da relação entre natureza e história, em que uma configuração anatômica afeta os (e é afetada pelos) processos sócio-históricos com os quais se relaciona. O autor assinala inclusive que o tipo de trabalho possibilitado pelo aperfeiçoamento da mão ensejaria o trabalho coletivo e a vida em sociedade, uma vez que ele possibilitaria que fossem reconhecidas as vantagens da produção em conjunto. Em paralelo ao desenvolvimento das funções manuais – e impulsionadas por esse desenvolvimento – ocorre, para Engels, o desenvolvimento do cérebro e das funções cerebrais, esse desenvolvimento, por sua vez, passa a influenciar e orientar a dinâmica do trabalho.

Essa reticularidade pode ser percebida também numa passagem onde o autor discorre acerca da migração do homem para regiões com o clima mais árduo (onde as variações de temperatura são grandes ao longo do ano), já que, para Engels, se de um lado, as especificidades desse clima impulsionaram o trabalho do homem de modo que ele pudesse suportar melhor as especificidades climáticas, seu trabalho, por sua vez,

³ O elevado grau de controle sobre a natureza, seria responsável nos países desenvolvidos, pelo crescente aumento da produção. No entanto, o controle exercido em relação à natureza teria como contrapartida o descontrole em relação a necessidade de trabalho, que também tenderia a subir em ritmo acelerado. Note-se aí que Engels apresenta uma visão oposta àquelas comumente associadas ao campo da natureza e da história, ao imputar à segunda elevado grau de domínio sobre a vida humana.

permitiu que ele adquirisse maior controle e previsão sobre essas próprias especificidades, num primeiro momento num grau bastante restrito e em seguida, atingindo altos graus.

Engels (s/d) concebe, de fato, o trabalho como pedra de toque da história humana, como pode ser visto nesta passagem:

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a propor-se e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades. A caça e à pesca veio juntar-se a agricultura, e mais tarde a fiação e a tecelagem, a elaboração de metais, a olaria e a navegação. Ao lado do comércio e dos ofícios apareceram, finalmente, as artes e as ciências; das tribos saíram as nações e os Estados. Apareceram o direito e a política, e com eles o reflexo fantástico das coisas no cérebro do homem: a religião. Frente a todas essas criações, que se manifestavam em primeiro lugar como produtos do cérebro e pareciam dominar as sociedades humanas, as produções mais modestas, fruto do trabalho da mão, ficaram relegadas a segundo plano, tanto mais quanto numa fase muito recuada do desenvolvimento da sociedade (por exemplo, já na família primitiva), a cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela. O rápido progresso da civilização foi atribuído exclusivamente à cabeça, ao desenvolvimento e à atividade do cérebro. Os homens acostumaram-se a explicar seus atos pelos seus pensamentos, em lugar de procurar essa explicação em suas necessidades (refletidas, naturalmente, na cabeça do homem, que assim adquire consciência delas). Foi assim que, com o transcurso do tempo, surgiu essa concepção idealista do mundo que dominou o cérebro dos homens, sobretudo a partir do desaparecimento do mundo antigo, e continua ainda a dominá-lo, a tal ponto que mesmo os naturalistas da escola darwiniana mais chegados ao materialismo são ainda incapazes de formar uma idéia clara acerca da origem do homem, pois essa mesma influência idealista lhes impede de ver o papel desempenhado aqui pelo trabalho (s/d, s/p).

No excerto acima, fica claro também como, para o autor, a visão que concebe mente e corpo enquanto realidades distintas e incomunicáveis é caudatária do próprio processo de desenvolvimento do trabalho e de sua maior divisão, qual seja: a diferenciação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa divisão permite que surjam concepções de que as coisas “humanas” são derivadas das idéias. O que Engels propõe, é que de fato, seja reconhecido o fato de que no homem ocorre uma conciliação entre natureza e cultura, na medida em que por meio do trabalho (que é eminentemente social) e com o aperfeiçoamento deste, é possível cada vez mais dominar essa mesma natureza e utilizá-la para o proveito dos homens. Esse domínio sobre a natureza, cabe

lembrar, é resultante da nossa própria pertença a essa natureza, que permite que conheçamos o modo pelo qual ela se comporta – uma vez que ela nos comporta⁴. Sendo assim, o autor advoga em favor do reconhecimento da unidade (totalidade) do homem, e afirma que, se ele se vê como fragmentado e alienado da natureza (no sentido de se ver como fora dela) é porque ele próprio está fragmentado, rasgado, em contradição consigo mesmo, pelos processos históricos dos quais participa. Seria um efeito desses processos histórico-sociais, do mesmo modo, a visão segundo a qual o indivíduo é considerado (e muitas vezes essa consideração tem efeitos na própria auto-imagem do indivíduo) como sendo à parte do que constituiria o social, de modo que sua individualidade pode ser pensada como a materialização da totalidade, enquanto realização efetiva da existência social, realização que não se faz a despeito da totalidade, mas justamente em diálogo com ela⁵, como fica claro na seguinte passagem:

Deve-se evitar antes de tudo fixar a 'sociedade' como outra abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. A exteriorização da sua vida ainda que não apareça na forma imediata de uma exteriorização de vida coletiva, cumprida em união e ao mesmo tempo com outros é, pois, uma exteriorização e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que, necessariamente, o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral (MARX, 1991, p. 170, grifos do autor).

Para Engels, se por um lado avançamos bastante no que diz respeito à produção social e conseqüentemente ao atendimento de nossas necessidades, por outro lado, ainda há muito a ser feito no que diz respeito ao modo de organização dessa produção. O autor afirma que a livre concorrência tão celebrada pelos economistas clássicos representaria, no plano socioeconômico o que é a competição predatória no reino animal. Para o autor somente um outro tipo de produção e de repartição dos produtos da atividade humana faria com que atingíssemos um nível acima do animal nesse tocante.

Embora os escritos de Engels tenham mais de um século, sua atualidade é inquestionável. Se ele se reportava a um processo crescente de entendimento da relação corpo e espírito e natureza e cultura como distintos, e por vezes opostos, hoje esse

⁴ O processo de ampliação das distâncias entre necessidades e satisfação das necessidades não traz em seu bojo a superação do domínio da natureza, para os autores o que ocorre é justamente a incorporação da natureza aos processos sociais, o que não representa sua dissolução ou enfraquecimento, sendo apenas parte das transformações e mútuas implicações que conformam o desenvolvimento humano.

⁵ Para os autores, a realização máxima dessa totalidade – e a ausência de contradições entre o plano individual e coletivo ou total – se daria em um ambiente onde não houvesse alienação, i. e., a sociedade comunista.

processo encontra-se ainda em franca expansão, embora haja contra correntes, como veremos a seguir.

2. Por uma visão menos essencialista: Novas perspectivas acerca da relação natureza e cultura e biológico e social

2.1 Donna Haraway

Donna Haraway chama atenção para o fato de que nossas relações com os chamados “não humanos” são significativas, embora tenham, durante muito tempo, ficado de lado nas narrativas sócio-antropológicas.

O argumento da autora não se limita, no entanto, a uma tentativa de vinculação do campo dos não humanos nas narrativas sócio-antropológicas, uma vez que para a autora, tal vinculação impescinde de um outro tipo de compreensão da disciplina e do fazer sócio-antropológico. Essa nova compreensão, por sua vez teria como pedra de toque a superação das dicotomias em que se baseia o pensamento sócio-antropológico. É preciso pois, criar instrumentos que não reforcem a oposição natureza e cultura, oposição essa que dá sentido a grande parte da tradição sócio-antropológica, e desfazendo-se desse binarismo primeiro, torna-se possível evitar oposições que de algum modo são derivados dele, como a oposição entre tradicional e moderno, orgânico e tecnológico e humano e não humano (HARAWAY, 2008). É importante frisar que essas oposições dizem respeito a um modo de compreensão acerca das coisas, e não às coisas mesmas, mas pelas limitações impostas por esse modo de compreensão, somos forçados a crer que essas limitações derivam das coisas, e elas agem em nosso cotidiano como coisas, como ontologias.

O que é comum a todos esses binarismos é que neles está implícita uma valoração e uma valorização diferenciada para cada um de seus componentes. Quando se trata da díade humanos e não humanos (que cabe lembrar, nos remete a oposição cultura e natureza, respectivamente) a diferença valorativa é patente. Os não humanos são pensados como “os outros” do homem (HARAWAY, 2008), sejam eles animais, objetos, entidades, etc. No caso dos animais, o fosso entre eles e o homem é muitas vezes pensado como intransponível:

The animal is forever positioned on the other side of an unbridgeable gap, a gap that reassures the Human of his excellence by the very ontological impoverishment of a lifeworld that cannot be its own end or know its own condition (HARAWAY, 2008, pp. 77).

O ponto chave do pensamento de Haraway, a nosso ver, reside no recurso elaborado por ela para a solução dos binarismos, qual seja, a mudança de foco das coisas, para as relações, o que implica que o outro – ou os vários outros, nesse caso – sendo pensado a partir de sua relacionalidade, é pensado também a partir de sua *contigüidade*, ao invés de ser visto como algo fixo e sem comunicação (daí falar-se na existência de fossos entre essas partes) com o “um” que lhe é, nesse caso, oposto. A contigüidade, anteriormente citada, refere-se ao suposto desse tipo de pensamento, de que as partes não precedem sua relação, mas se conformam, na medida mesma em que se estabelece essa relação, de tal modo que, sendo as relações mutáveis e diversas, as partes dessa relação também o são. Esse tipo de perspectiva sem dúvida privilegia a reciprocidade e a pluralidade dos *topos*.

2.2 Tim Ingold

Tim Ingold (1996) argumenta que pensar a sociedade como coisa significa pensá-la como entidade monolítica e distinta⁶. O uso deste tipo de aporte teórico pode ser bastante frutífero quando se trata de investigar o que concerne esta unidade, chamada de sociedade, ou social, mas é limitado quando o que está em jogo são as relações entre as entidades que, pensadas nesse caso como coisas estanques, nos levam a crer que as relações que estabelecem entre si são sempre dadas *a posteriori*. Essas relações são muitas vezes tidas como extrínsecas às próprias unidades e projetadas em termos de antagonismos e oposições.

Sendo assim, por esse tipo de visão contestada pelo autor, a sociedade é tida como oposta à natureza e ao domínio do biológico, na medida em que ela representaria o campo da humanidade e do cultural por oposição a uma animalidade, esta circunscrita à natureza. Mas há também uma visão, que não é incompatível com a anterior, segundo a qual a humanidade é então pensada como animalidade *mais* cultura:

According to this view of humans as animals plus, we are all constitutionally divided creatures, split between the physical condition of animality and the moral condition of humanity. Moreover, if human uniqueness lies precisely in the part of us that falls outside the material world of nature, then to view human beings in nature, as parts of the material world, is to focus not so much on species-specific differences as on those features by which humans

⁶ Esse tipo de compreensão permite um diálogo com Durkheim e o uso que o autor faz da noção de *sui generis*.

are indistinguishable from other animals. In short, the human being is represented not as a specific manifestation of animality, but as the manifestation of a specific human essence superimposed upon a generalised animal substrate (INGOLD, 1990, p. 4).

Sob essa perspectiva, o que os homens tem em comum com os animais é atribuído à biologia, enquanto as diferenças são atribuídas a cultura. A biologia torna-se assim, peça fundamental para a definição do que humanidade, na medida em que nela residiriam um substrato geral de animalidade (que não é próprio dos humanos) e a base universal para o desenvolvimento da cultura.

Cabe refletir sobre qual o grau de absorção desse tipo de visão dentro das ciências sociais, qual o seu impacto na definição do que ou não humano e que tipos de construções teórico-analíticas são possíveis uma vez que esses domínios são pensados a partir dessas perspectivas pautadas por cisões e oposições mais do que por relações e afinidades.

A proposta teórico-analítica de Ingold vem justamente de encontro a essa perspectiva reificante em relação ao entendimento das dimensões de natureza e cultura, uma vez que para o autor, a tarefa da antropologia não é a de discorrer sobre entidades ou eventos, mas sobre processualidades e inter-relações. Nesse sentido, o eixo analítico do autor é colocado sobre a existência humana em um ambiente que é sempre um tornar-se e que está relacionado a processos sociais e biológicos.

A influência de Merleau-Ponty no trabalho de Ingold se faz evidente, na medida em que o eixo analítico deixa de ser o sujeito cartesiano a-histórico e abstrato que dá sentido ao mundo em um processo monológico e unidirecional e é substituído pelo ser-no-mundo, que é, por definição, um ser em relações e que é constituído – no sentido de que é conformado – por essas relações. A oposição taxativa entre natureza e cultura cai e dá lugar aqui ao que o autor vai chamar de paradigma ecológico, que enfatiza as experiências concretas que os sujeitos tem no mundo e com o mundo. Passa a ser importante, pois, conjecturar sobre como a cultura se impõe ao biológico e o altera (e não se realiza às expensas dele, como era pensado outrora), de modo que o autor está interessado nas estratégias de incorporação dessa cultura, ou seja na relacionalidade entre corpo, ambiente e cultura, levando sempre em consideração que a última não existe independentemente dos primeiros, como uma unidade que paira acima das pessoas.

2.3 Diálogo e construção do modelo teórico-analítico

Como vimos até aqui, pensar o processo de reificação das categorias de natureza e cultura como termos antitéticos mostra-se salutar uma vez que esse processo está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento das ciências sociais, mas não apenas delas, como afirmam Descola e Pálsson (1996):

This dichotomy is not just another analytical category belonging to the intellectual tool-kit of the social sciences; it is the key foundation of modernist epistemology. Going beyond dualism opens up an entirely different intellectual landscape, one in which states and substances are replaced by processes and relations; the main question is not any more how to objectify closed systems, but how to account for the very diversity of the processes of objectification (p. 12).

A nosso ver, o processo de desconstrução e dessencialização dessas categorias constitui parte do trabalho das ciências sociais. E para ir além desses limites, faz-se necessário compreender o significado dos atuais limites estabelecidos entre natureza e sociedade e biológico e social e as implicações de tomar esses limites como pressupostos teórica e analiticamente.

E, embora essas categorias sejam passíveis de serem traçadas dentro de uma história intelectual e que elas tenham lugar destacado num certo contexto ocidental moderno, muitas vezes elas se apresentam como a-históricas e portanto, imutáveis. São muitas vezes tidas como dados inquestionáveis e a total separação entre essas esferas figura lugar de destaque em alguns tipos de discurso dito científicos.

Em relação aos modos de compreensão da relação natureza e cultura e biológico e social, nos aproximamos – ou buscamos nos aproximar – neste trabalho, dos argumentos propostos por Marx, Donna Haraway, Tim Ingold. Sem buscar nos filiar a um modo de compreensão específico, procuramos, ao longo deste trabalho, operar com conceitos mais fluidos e menos essencializados de natureza e cultura e de biológico e social, o que implica reconsiderar as oposições entre esses termos. Tal operação, faz-se necessária, acreditamos, para a melhor compreensão do contexto da equoterapia, que se insere na lógica de uma unificação de parcialidades no que se refere ao entendimento da relação entre o biológico e social, conforme veremos a seguir.

Nosso pressuposto é que a prática da equoterapia põe em xeque, em alguma medida, distinções claras, unívocas e universais entre social e biológico. Desse modo, muito nos interessa o diálogo com autores que igualmente questionam essas distinções.

Eles nos oferecem boas pistas para pensar além das distinções, buscando as relações, entrecruzamentos e mútuas implicações entre os campos acima mencionados. É o que buscamos fazer aqui.

3. Contexto Metodológico

Na pesquisa, optamos pela utilização da técnica da observação participante, por meio do acompanhamento da pesquisadora das práticas de equoterapia realizadas na Sociedade Hípica de Brasília. Durante aproximadamente três meses a pesquisadora freqüentou a hípica uma vez por semana, sempre às quintas-feiras, podendo assim acompanhar a prática da equoterapia com as mesmas crianças, bem como acompanhar o desenvolvimento das mesmas, uma vez que o atendimento na hípica é semanal – voltaremos a este ponto na próxima seção. Durante as sessões a pesquisadora assumia a função de guia do animal ou acompanhante lateral. Este acompanhamento, por sua vez, resultou em relatórios diários que descrevem a prática; os gestos das crianças; os diálogos entre o equoterapeuta, o praticante e os demais participantes da sessão; a relação entre equoterapeuta, criança e família, entre outros. A escrita desses relatórios, sempre que possível, obedeceu aos princípios daquilo que Becker (2007) define como descrição densa.

Além disso, analisamos artigos nacionais e internacionais indexados na base de periódicos da Capes produzidos entre 2005 até hoje, das mais diversas áreas do conhecimento e que discorram sobre a prática da equoterapia. Procuramos compreender como cada área entende a equoterapia, quais áreas privilegiam sua visão global (isto é, uma visão que integre aspectos físicos, psicológicos e sociais), quais os resultados das pesquisas sobre o tema, quais os aspectos que mais são citados como tendo melhora, etc.

Para justificar a escolha do objeto de pesquisa deste trabalho, cabe discorrer um pouco sobre minha trajetória de pesquisa na equoterapia. Ao me deparar com o tema pela primeira vez, no marco do PROIC (Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília) eu tinha como objetivo realizar uma etnografia focalizando o processo de reabilitação em equoterapia. Essa reabilitação, ao contrário do que ocorre em outros processos terapêuticos⁷, está ancorada em três dimensões: a biológica, a psicológica e a social. Nos debruçaremos mais sobre esse assunto no capítulo seguinte, por ora cabe afirmar que o modo como se relacionam essas dimensões é bastante peculiar, de modo que são linhas muito frágeis e pouco sofisticadas que tentam produzir um amontoado, disforme, conhecido como na equoterapia como “biopsicossocial”.

⁷ Que se limitam aos aspectos médicos e técnicos, atuando sobre um corpo visto sob um prisma orgânico e/ou patológico por excelência.

Foi justamente essa designação “biopsicossocial”, e a fragilidade dos supostos sob os quais ela se ancora que chamaram minha atenção num primeiro momento de pesquisa. Para superar essa fragilidade, no entanto, eu precisaria lançar mão de um arcabouço teórico-metodológico em sociologia que me permitisse tal coisa. Em outras palavras, eu precisaria me apoiar em um modelo que não concebesse a relação “biológico” *versus* “social” de uma maneira reificada e simplista, e mais do que isso, ou para isso, eu precisaria entender como é construída e por vezes, desconstruída, essa oposição. Nesse momento, busquei inspiração nos clássicos da disciplina, recorrendo especialmente a Marx e Durkheim. Num segundo momento, procurei me basear em discussões mais recentes acerca do tema, extrapolando inclusive o domínio da sociologia e buscando interlocutores com formação e/ou atuação em antropologia. Essa trajetória “teórica” constitui parte do meu trabalho na medida em que ela contribui de modo significativo para o desenvolvimento do próprio objeto de pesquisa, por assim dizer, e do tipo de abordagem que eu procurei seguir.

Sendo assim, eu optei por dar elevado destaque a essa reflexão no meu trabalho, tornando-a parte importante deste texto monográfico. Sem dúvida não há uma solução fácil para a superação da dicotomia natureza e cultura e dos binômios que dela derivam, tanto é que há incontáveis discussões a respeito dela e de seu impacto em nosso modo de pensar, mas eu procurei apresentar algumas construções teóricas que me dessem pistas para avançar na compreensão dessa relação. Optei por enfatizar reflexões situadas e pontuais ao invés de tentar empreender uma recomposição exegética do modelo teórico-analítico de cada autor. Essa opção se deveu ao fato de que nesse texto, a reflexão sobre natureza e cultura e biológico e social em teoria sociológica está em direta *relação* com o tema da equoterapia, na medida em que, como dissemos, é ela que permite a aproximação e o entendimento do próprio tema. Sendo assim, o espaço dado a reflexão de caráter teórico é limitado.

Minha dificuldade em pensar esses binômios e relações ancora-se também no fato de que essas categorias são também processuais – no sentido de que são históricas – e sofrem ação da história, das construções (e limites) da linguagem e de sistemas simbólicos que atribuem diferentes valores a essas categorias (valores esses que também são passíveis de mudanças). Natureza e sociedade são tanto modos de representar o mundo como modos de experimentar o mundo, na medida em que são também categorias cognitivas. Ora, eu me incluo nessa representação e nessa experimentação, por assim dizer, de modo que desafiar o modo como se constroem essas categorias é

desafiar também minhas vivências, minha subjetividade e o modo pelo qual sou afetada pelo mundo.

4. O discurso da equoterapia

4.1 A equoterapia

A equoterapia é um processo terapêutico que busca a melhora motora, cognitiva e emocional de portadores de necessidades especiais – embora ela seja utilizada também por pessoas sem necessidades especiais, como idosos com problemas de equilíbrio e crianças com déficit de atenção, por exemplo. Ela se baseia no movimento tridimensional do cavalo i.e. quando um cavaleiro monta, seu dorso se desloca: 1) para frente e para trás; 2) para cima e para baixo; 3) para um lado e para o outro (ver fig 1). Esse movimento tridimensional seria responsável por uma série de estimulações motoras e cerebrais que teriam como efeitos significativas melhoras no desenvolvimento neurológico e motor de seus praticantes.

A partir de 1960, o que se chama hipoterapia, equitação terapêutica ou equoterapia começou a ser utilizada na Alemanha, Áustria e Suíça, gerando vários debates sobre as propriedades curativas da montaria a cavalo. A *Riding for Disabled Association*, entidade mais importante e mais influente no que diz respeito à equoterapia, só é criada em 1965. A partir de então, o uso da técnica começa a se espalhar por diversas partes do mundo e são feitas várias pesquisas sobre os benefícios que a equoterapia pode ter. No entanto, dado seu tardio desenvolvimento, ainda pairam muitas dúvidas e controvérsias sobre a técnica.

No Brasil, a prática da equoterapia se fortalece no fim da década de 1980, quando é criada a ANDE⁸ e aos poucos vem ganhando reconhecimento e legitimidade frente a comunidade dos pesquisadores em saúde, foi auferida à prática o título de método terapêutico pelo Conselho Federal de Medicina apenas em 1997 e pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional somente em 2008.

⁸ Desde sua criação, em 1989, a ANDE capacitou e certificou cerca de dez mil profissionais em equoterapia e foi responsável pela realização de cinco congressos brasileiros e um congresso internacional que tinham a prática como tema. A ANDE é responsável ainda por coordenar os 280 centros de equoterapia espalhados por todo o território nacional.

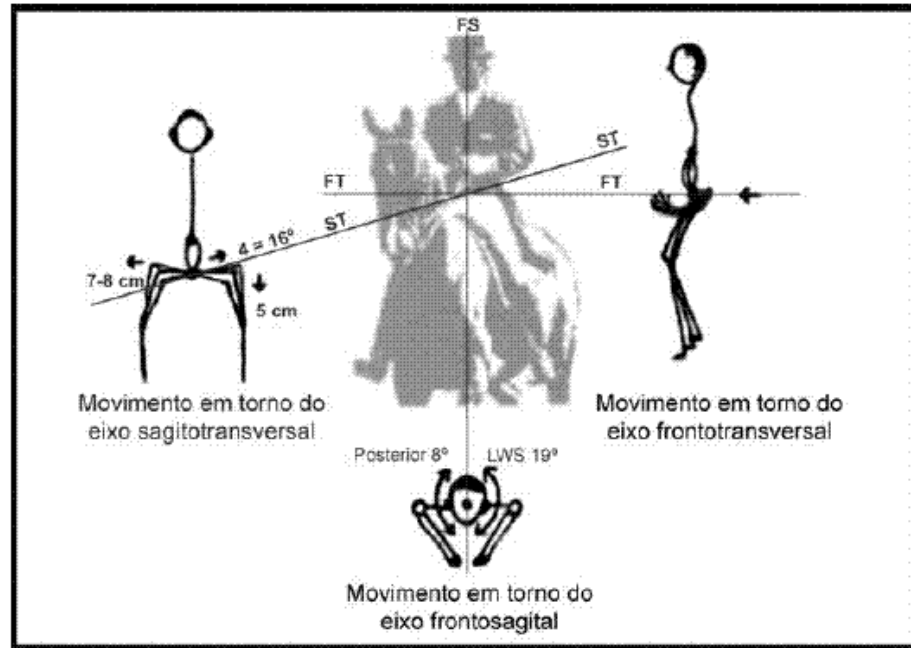


Figura 1 – Movimento nos três eixos (Tauffkirchen, 1998, p. 38).

4.2 A totalidade da equoterapia

As práticas médicas e terapêuticas ocidentais desde o século XIX vem priorizando o estudo do que é humano a partir da categorização do que se concebe como corpo dividido em sistemas e órgãos mais ou menos independentes. Essa tendência tem como efeitos: 1) o fato de que as práticas médicas voltam-se, via de regra, para o indivíduo (entendido como suporte biológico); 2) a crescente especialização dos profissionais de saúde – que passam a lidar com porções cada vez menores do corpo humano e/ou com enfermidades cada vez mais específicas e localizadas e; 3) ênfase nas práticas clínicas em detrimento das preventivas.

Na contramão desse processo, surgem iniciativas que buscam deter-se sobre o organismo entendido enquanto conjunto, levando em consideração na prática terapêutica aspectos ambientais, sociais e desse modo, reconstruindo a totalidade há tempos perdida. Como expoente desse movimento, temos a equoterapia, que na década de 1960 (época de sua consolidação) retoma a visão de humano oriunda da antiguidade grega para advogar em favor do deslocamento da atenção terapêutica focalizada na doença para uma atenção focalizada na humanidade, materializada no indivíduo agora entendido como um amálgama do que é da ordem do biológico, do psicológico e do social, formando uma totalidade que deve ser entendida enquanto tal.

Cabe notar que o distanciamento da equoterapia em relação a outras práticas de reabilitação constitui parte importante de suas estratégias de distinção e de valorização. Se, num primeiro momento, esse distanciamento foi responsável pela pouca aceitação da prática nos círculos de pesquisa médico-científicos, hoje, esse distanciamento é operado de modo a criar um imaginário que coloca a equoterapia em um patamar elevado da compreensão da reabilitação enquanto fenômeno total, o que contribui para seu reconhecimento frente aos grupos crescentes de pessoas que acreditam que o modelo tecnicista da medicina moderna é insuficiente, reducionista e pouco aplicável. A materialização desse ideal que prioriza a totalidade por oposição à lógica desintegradora da medicina pode ser vista no site de um importante centro de equoterapia de São Paulo, onde aparece em destaque, logo na página inicial, a seguinte frase: *Cuidando de pessoas não de patologias*.

Pode-se perceber como o foco da equoterapia sai da relação entre o doente e o “cuidador”, materializados na noção de paciente, e desloca-se para as múltiplas relações e inter-relações que constituem a trama da *prática* da equoterapia, o que se vincula a escolha do termo praticante – ao invés de paciente – para designar aqueles que participam da equoterapia.

A equoterapia se desenvolve no Brasil enquanto prática que teria efeitos sobre *diversas áreas da vida* de seus praticantes, como dissemos acima. Também é decisivo em seu processo de consolidação no país o fato de que ela é sempre pensada em termos de interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade: A ANDE recomenda que toda equipe de equoterapia seja composta por um equitador, um fisioterapeuta e um psicólogo, embora as equipes em geral contem também com a presença de assistentes sociais e veterinários e que atualmente sejam desenvolvidas pesquisas envolvendo a equoterapia por profissionais de diversas outras áreas como nutrição, pedagogia, gerontologia, terapia ocupacional e educação física. Note-se aí uma alteração importante em relação a outras práticas terapêuticas que ficam, via de regra, circunscritas aos domínios da medicina.

Outra dimensão da totalidade proposta pela equoterapia pode ser observada em sua aceção formal, também elaborada pela ANDE, para a qual a prática pode ser definida como:

Um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas de saúde, educação e equitação,

buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência e/ou com necessidades especiais. Ela emprega o cavalo como agente promotor de ganhos físicos, psicológicos e educacionais. Esta atividade exige a participação do corpo inteiro, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da força, tônus muscular, flexibilidade, relaxamento, conscientização do próprio corpo e aperfeiçoamento da coordenação motora e do equilíbrio. A interação com o cavalo, incluindo os primeiros contatos, o ato de montar e o manuseio final, desenvolve novas formas de socialização, autoconfiança e auto-estima. (ANDE, 2011).

Ora, a partir dessa definição é possível perceber que, se a equoterapia parte do movimento tridimensional do cavalo, de modo algum ela se encerra nesse movimento, influenciando no processo terapêutico uma série de outros fatores e produzindo resultados que, *prima face*, não poderiam ser alcançados apenas com o movimento tridimensional. O termo biopsicossocial indica que a abordagem da equoterapia dá conta dessas três dimensões, que em alguma medida se interpenetram e se comunicam.

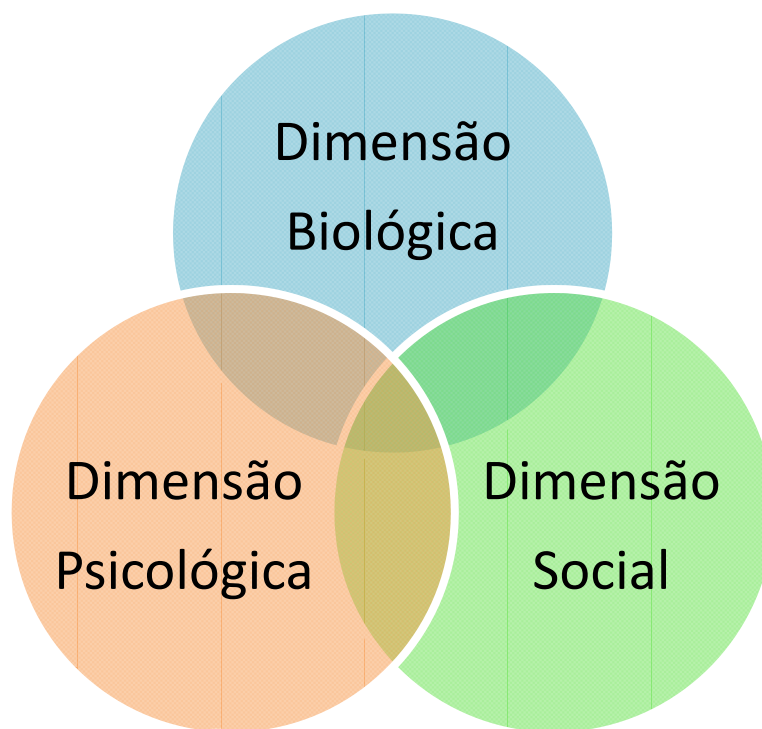


Figura 2 – Dimensões implicadas na equoterapia

Outra faceta dessa totalidade defendida na equoterapia pode ser observada na maneira como a prática é pensada como sendo influenciada por diversos atores que se

ligam direta e indiretamente à equoterapia. Especialmente no caso da equoterapia realizada com crianças, o papel da família no processo de reabilitação é sempre levado em consideração, o que demonstra também o distanciamento da prática em relação às narrativas médicas/curativas que se centram no indivíduo, como dissemos anteriormente. A equoterapia é pensada então enquanto processo onde são catalizadas as inter-relações entre diversos agentes, que não obstante, tem variado grau de importância no desenvolvimento e nos resultados obtidos com a prática.

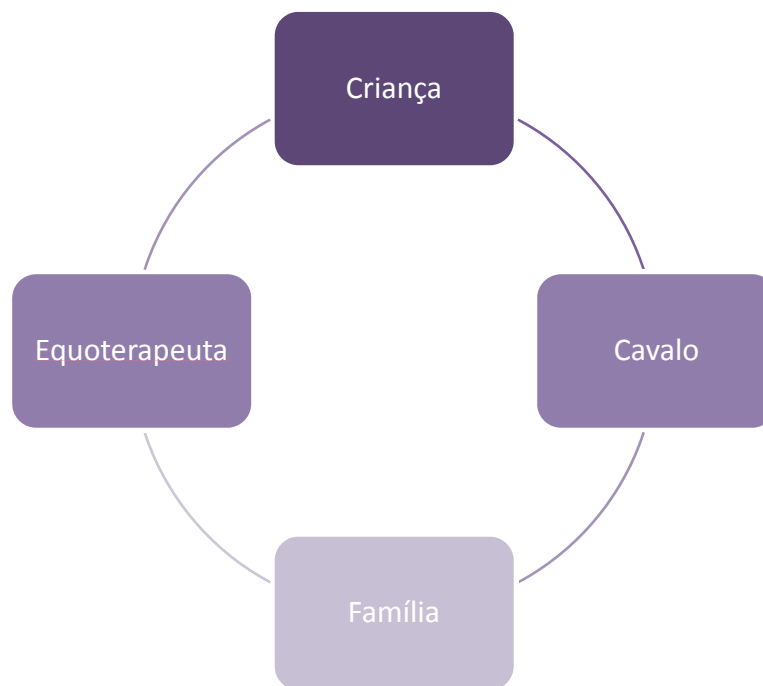


Figura 3 – Eixos mobilizados na prática da equoterapia

Segundo Garrigue (1999), os efeitos que podem ser obtidos através da equoterapia podem ser divididos em quatro categorias, são elas:

- Efeitos na relação: que envolvem aspectos de comunicação, autocontrole, autoconfiança e atenção;
- Efeitos na psicomotricidade: que dizem respeito à melhora do tônus muscular, da lateralidade, da coordenação motora, ao equilíbrio e à coordenação de movimentos e ao maior controle das articulações da coluna e da bacia;
- Efeitos de natureza técnica: que se relacionam com o aprendizado das técnicas de equitação e dos cuidados com o cavalo;

- Efeitos na socialização: que se remetem a uma maior integração entre os praticantes entre si e entre os praticantes e a equipe da equoterapia.

A partir da categorização desses efeitos é possível perceber como a equoterapia é pensada através das relações entre praticante-cavalo, entre praticante-terapeuta, entre praticante-equipe e entre praticante-praticante, além de terem importância nesses processos a relação que se desenvolve entre família e equipe, como dissemos anteriormente.

Alguns teóricos da equoterapia sustentam explicita ou implicitamente que as melhoras que diriam respeito aos domínios psicológico e social são decorrentes da melhora física dos praticantes, a inter-relação entre esses diferentes tipos de melhora pode ser explicada por encadeamentos do tipo: “a melhora no equilíbrio gera maior autonomia que por sua vez, gera bem-estar e alegria”. Outros teóricos tendem a conceber os diferentes tipos de melhora como independentes e outros ainda, passam ao largo dessa questão.

As totalidades ou pretensas totalidades da equoterapia são recursos utilizados para descrever e para legitimar a prática, como dissemos anteriormente. Nesse sentido, é interessante notar como centros de equoterapia de diversas regiões do país apresentem o mesmo discurso padronizado e vago sobre essa totalidade, tomada por eles como definidora da prática:

A Equoterapia pode ser definida como um método científico aplicado como terapia na Saúde e na Educação, que utiliza o CAVALO, numa abordagem multiprofissional e interdisciplinar, buscando o desenvolvimento e o crescimento bio-psico-social de praticantes que necessitem impulsionar suas potencialidades e minimizar suas deficiências para viverem melhor. A Equoterapia emprega o cavalo e as técnicas de equitação como agentes e princípios promotores de ganhos físicos, psíquicos e sociais. Esse tipo de atividade terapêutica facilita e exige a participação do cavaleiro, como um todo, contribuindo assim, para o aprimoramento da força muscular, do relaxamento, da conscientização do próprio corpo e o desenvolvimento aperfeiçoado do equilíbrio e da coordenação.⁹

A Equoterapia exige a participação do corpo inteiro do praticante, contribuindo assim para seu desenvolvimento global. Ao deslocar-se durante o passo, o cavalo produz movimentos em seu dorso que são transmitidos ao cavaleiro através do alinhamento dos centros gravitários (praticante e animal), ocorrendo deslocamentos contínuos, tridimensionalmente, ou seja, para cima e para baixo, para frente e para trás, para um lado e para o outro. A ação cinética e dinâmica realizada pelo cavalo exige do praticante movimentos de antecipação, orientação e adaptação que envolvem o sistema nervoso a nível neuromotor e neuropsíquico. A Equoterapia pode ser

⁹ <http://www.equoterapiario.com.br/equoterapia.html>

considerada um conjunto de técnicas reeducativas e reabilitativas que atuam para superar danos sensorio-motores, cognitivos e comportamentais.¹⁰

A equoterapia é uma forma inovadora de reabilitação e reintegração bio-psico-social de pessoas especiais sendo também utilizada com bastante sucesso nos casos de distúrbios comportamentais e/ou de aprendizagem, nos mais variados pacientes, portadores de deficiência ou não. Trata-se de uma terapia complementar às convencionais, que utiliza o cavalo, técnicas de equitação e os recursos de uma equipe multi e interdisciplinar - formada por psicólogo, fisioterapeuta, pedagogo, instrutores de equitação, entre outros profissionais.¹¹

A maioria dos sites dos centros de equoterapia brasileiros apresenta essa mesma estrutura textual nos campos “O que é equoterapia”, “Como funciona” ou “Fundamentos”, por vezes é utilizada a própria definição da ANDE. Também é comum que apareçam nos sites informações relativas ao recente reconhecimento da equoterapia por parte do Conselho Federal de Medicina. A presença de pequenos textos explicativos sobre o que seja a prática nos sites dos centros de equoterapia pode indicar tanto um desconhecimento das pessoas sobre o método – daí a necessidade de defini-lo sempre – e pode ser lida também como uma estratégia de valorização da prática na medida em que são mencionados o caráter “inovador” da prática, a mobilização do “corpo inteiro” e “interdisciplinaridade” que lhe é característica. Mais do que isso, o que é comum a esses textos é a imprecisão em relação aos mecanismos catalisadores das mudanças e a como operam no contexto da reabilitação as totalidades citadas e exaltadas.

Pode-se perceber por meio das considerações feitas acima que, embora a equoterapia se reconheça enquanto uma prática terapêutica que dá conta da totalidade das dimensões da vida materializadas na figura do indivíduo, i.e. refere-se a um processo curativo que leva em consideração as dimensões biológica, psicológica e social, o modo como ela se pensa contribui para a fragmentação – mas não dissolução – dessa totalidade, na medida em que diferentes elementos constitutivos da prática são referidos a diferentes resultados, organizados a partir das dimensões às quais estão contidos. Sendo assim, cria-se uma compartimentação não só dos resultados obtidos com a prática, mas também de quais agentes e quais situações seriam responsáveis por quais resultados. Surgem então narrativas que vinculam as relações estabelecidas na equoterapia (pensadas enquanto processos dialógicos entre praticante-cavalo, praticante-terapeuta, entre outros) à implicações específicas, pensadas em termos de relações causa

¹⁰ <http://www.equoterapia.org/fundamentos.asp>

¹¹ <http://www.granjaviana.com.br/rideequoterapia/equoterapia/index.htm>

e efeito simples, e que são via de regra, associadas à fórmulas unidirecionais. Desse tipo de ajuizamento surgem narrativas genéricas como: a convivência com o cavalo melhora a auto-estima ou o espaço da equoterapia promove a maior socialização, entre várias outras elucubrações que se estabelecem enquanto imperativos, mas sobre as quais não se reflete e não se discorre muito sobre, como veremos a seguir.

4.3 As pesquisas em equoterapia

Embora os artigos das diversas áreas do conhecimento que versam sobre a equoterapia discorram sobre o desenvolvimento biopsicossocial decorrente da prática, o foco, na maior parte dos casos, está no movimento tridimensional do cavalo. Os contra-exemplos são oriundos especialmente da área da psicologia, que buscam ir além desse aspecto, como é o caso da abordagem proposta por Juliana Marcelino e Zélia Melo (2006, p. 282):

O animal atua não apenas como um espelho, onde são projetadas as dificuldades, progressos e vitórias, mas também como um novo estímulo que propicia novas percepções e vivências, atribuição de novos significados. Por meio da relação com o cavalo, a criança pode aprender a controlar suas emoções iniciais, como o medo, enfrentando o desafio de montá-lo e, sentada numa posição superior, direcioná-lo. Cavalgar um animal dócil, porém de porte avantajado, leva o praticante a experimentar sentimentos de liberdade, independência e capacidade: sentimentos esses importantes para a aquisição da autoconfiança, realização e auto-estima.

As pesquisas, especialmente no que se refere às melhoras entendidas do ponto de vista psicológico e social, muito tem a dizer sobre os *resultados* alcançados com a equoterapia, indicados por termos como auto-estima, sociabilidade e disciplina, mas se debruçam pouco sobre os *mecanismos* responsáveis pelas mudanças, e sobre os processos que desencadeiam tais mudanças, de modo que os equoterapeutas e estudiosos da equoterapia muitas vezes apresentam uma narrativa padronizada, recorrente e pouco detalhada sobre como se dão essas últimas transformações. Tal panorama contrasta-se com o modo como as mudanças entendidas como da ordem do fisiológico são avaliadas, por vezes fazendo-se uso de elaborados *softwares* que são capazes de quantificar o grau das mudanças no equilíbrio, no tônus muscular, no movimento da pélvis, do quadril e dos joelhos, por exemplo.

O maior detalhamento com que são tratadas as alterações de ordem física pode se relacionar tanto com o maior desenvolvimento de instrumentos de mensuração e avaliação dessas alterações, o que se reportaria ao modo como as ciências naturais e médicas vem se desenvolvendo, via de regra calcadas na experimentação e no controle e aperfeiçoamento dos instrumentos de experimentação; ou pode se relacionar ainda a um quadro onde a valorização dos resultados ditos físicos é marcadamente maior do que a dos resultados de ordem psicológica ou social, e nesse sentido, os primeiros são mais investigados e mais acionados quando da defesa da equoterapia enquanto método terapêutico

5. A prática da equoterapia

No capítulo anterior, observamos como funciona o *discurso* da equoterapia, neste, nos debruçaremos sobre as inter-relações entre esse discurso e a prática da equoterapia.

Sabe-se que os discursos informam as práticas eles não são responsáveis por orientá-las completamente e se por outro lado, sobre as práticas se geram discursos, que buscam dar conta da realidade prática, esses discursos novamente não esgotam as potencialidades dessa prática, no sentido de que não a abarcam. Ora, neste trabalho viram-se inúmeros exemplos desse processo, onde, por exemplo, a vivacidade e complexidade de certos fenômenos são perdidas na medida em que estes são classificados em termos de biológico, psicológico ou social. Do mesmo modo, o certo recorte que se faz, em ciências sociais, entre natureza e cultura obscurece uma série de elementos que se posicionam justamente na interseção entre esses dois mundos ou ainda, a própria construção dos problemas sócio-antropológicos é informada por essas divisões, limitando assim sua atuação a um domínio muito específico da vida social e propondo respostas que se orientam por essa fragmentação da vida.

Nossa digressão sobre a prática da equoterapia se orienta aqui para a reflexão sobre esses desníveis entre *o que se diz sobre a equoterapia e o que se produz em equoterapia*. Interessa-nos, em especial como o modelo do desenvolvimento biopsicossocial se plasma – ou não – nas práticas da equoterapia com crianças com déficits neuromotores do Distrito Federal. Buscaremos nos inspirar, neste momento, pelas discussões de autores como Ingold e Haraway sobre os limites (*boundaries*) entre natureza e cultura, e entre o biológico e o social.

Primeiramente, cabe falar um pouco sobre o dia-a-dia da hípica freqüentada pela pesquisadora, é o que faremos na seção seguinte.

5.1 A Hípica

A Sociedade Hípica de Brasília está localizada próxima ao zoológico de Brasília. O espaço é grande, há pistas de grama e areia, espaço para apresentações, lojas de produtos para equitação e hipismo, veterinários e até seguros de animais. Boa parte dos frequentadores da hípica está lá para ter aulas de adestramento olímpico, equitação e volteio. São crianças e adultos que pagam mensalidades caras para desfrutar das aulas. Seu alto padrão de vida pode ser observado em suas roupas, equipamentos e carros de luxo, muitas vezes importados.

De segunda a sábado, são realizadas aulas de equoterapia, no período da manhã e da tarde. Durante a semana, as aulas são resultado de uma parceria entre a hípica e a Secretaria de Educação, a primeira cede o espaço e recursos para a prática e a segunda disponibiliza professores do seu quadro, já com experiência no atendimento de alunos com necessidades especiais. Alunos do Centro de Ensino Especial 2 de Brasília (localizado na 612 sul, ao lado do colégio Setor Leste) tem a oportunidade de praticar a equoterapia, *uma vez por semana, durante meia hora*. Já aos sábados, o curso é pago e outras crianças são atendidas.

No período em que acompanhei as sessões de equoterapia, a equipe era formada por dois professores – e equoterapeutas – da rede pública do Distrito Federal, com especialização em educação para pessoas com necessidades especiais, uma psicóloga e uma assistente social (responsáveis pela triagem das crianças que desejassem – ou tinham indicação para – participar da equoterapia), mas o trabalho dessas profissionais não se desenvolvia na hípica e de modo geral, uma vez indicado o tratamento, o acompanhamento das crianças era esporádico. Havia também uma coordenadora da equipe, a quem os equoterapeutas se reportavam para tratar de assuntos como o desempenho dos alunos, o arranjo dos cavalos (já que cada criança se adequa melhor a um cavalo específico, em função de seus tamanhos e pesos, e de que alguns cavalos não são restritos a equoterapia, sendo usados especialmente na equitação de crianças pequenas), a necessidade de voluntários, etc. Não compunham especificamente parte da equipe da equoterapia os tratadores dos cavalos, embora seu auxílio na hora de selar os cavalos, retirá-los e colocá-los no estábulo e algumas vezes auxiliar a montaria das crianças fosse fundamental. A equipe contava ainda com voluntários que exerciam a função de acompanhante lateral ou guia dos cavalos. Alguns voluntários eram frequentadores da hípica, outros estudantes de cursos universitários (especialmente pedagogia e psicologia) que realizam estágio em equoterapia. A rotatividade dos

voluntários era grande, e algumas vezes, comentou-se sobre a escassez de voluntários nas sessões.

Na sala da equoterapia, há uma mesa com cadeiras, uma estante com livros sobre equoterapia, revistas relacionadas a cavalos, a ficha de cada aluno e brinquedos, além de alguns capacetes, bolas com alças (para a prática do *horseball*), chicotes, etc. Após cada sessão, os equoterapeutas se reúnem na sala para descansar e conversar um pouco, e às vezes a coordenadora se junta e pergunta sobre o desenvolvimento das atividades.

Atrás do local onde ficam os cavalos há uma sala com diferentes tipos de cela que são utilizadas na equoterapia, algumas com alças na parte da frente, para que a criança segure com firmeza, outras com encosto na parte de trás, para as crianças que não conseguem ficar sentadas sem apoio. Os estribos utilizados na equoterapia também são diferentes, eles são cobertos com um tecido grosso, num formato cônico, em cuja cavidade as crianças colocam os pés, evitando assim que os pés das crianças se projetem demais para a frente, podendo ficar presos pelos tornozelos, o que pode acontecer no caso do uso dos estribos comuns. A escolha desses equipamentos depende das necessidades do praticante da equoterapia, sendo possível, inclusive que sejam utilizados os mesmos equipamentos do hipismo, para o caso de crianças com pouco comprometimento motor. Os praticantes da equoterapia, como os de qualquer outra atividade com cavalos devem utilizar capacete, botas e um tipo de calça para montaria chamada culote. A hípica disponibiliza capacetes para os praticantes que não os tem, esses capacetes, como dissemos, ficam guardados na sala da equoterapia, onde são recolocados após as sessões e são usados por diversos alunos. No entanto, a hípica não fornece as botas e o culote para os praticantes, e muitos alunos montam usando tênis e calças de malha. A distância entre os praticantes da equoterapia e os demais frequentadores da hípica também se cristaliza no que podemos chamar de “apresentação de si”. De um lado a ostentação, o lazer e a saúde, de outro, a carência, a filantropia e a reabilitação. Acreditamos que as dinâmicas sociais que ocorrem na hípica, espaço marcado pela distinção e por um consumo bastante particular, em oposição à realidade da equoterapia não devem ser desprezadas, uma vez que é assinalado que elas podem ser de grande valia em nossa explicação.

Os cavalos utilizados na equoterapia podem ser de qualquer raça, desde que sua altura não seja muito superior a 1,50 m, o que dificultaria sua utilização, uma vez que muitas vezes faz-se necessária a presença de um ajudante lateral para dar apoio ao praticante.

5.2 As sessões

As sessões de equoterapia consistiam em práticas de montaria à cavalo, respeitando as limitações dos praticantes, e com duração de meia hora, semanalmente. Meia hora era a duração da montaria, excluídos o tempo de aproximação do animal e de encerramento da sessão, mas comumente a equipe da equoterapia informava aos voluntários e aos pais das crianças que a sessão durava meia hora, excluindo dessa contagem, portanto, as atividades pré e pós montaria. Considerando essas atividades, as sessões tinham duração entre 40 e 50 minutos. Ao que parece, a desconsideração das outras atividades que não a montaria na contagem da duração da sessão não é acompanhada por uma desconsideração da importância dessas etapas para a realização da equoterapia, de fato, os equoterapeutas se esforçavam para que estas atividades fossem significativas, como veremos a seguir. Não obstante, os estudos sobre equoterapia das diversas áreas pouco se debruçam sobre essas atividades, focalizando a montaria e por vezes dando a impressão de que a equoterapia se encerra na montaria à cavalo.

As crianças chegavam à hípica, de carro ou ônibus e sempre acompanhadas por um familiar. Assim que chegavam, eram cumprimentadas pela equipe e colocavam os capacetes próprios para práticas equestres. Em algumas ocasiões, era permitido que as crianças escolhessem em que cavalo gostariam de montar, o que denota que as crianças construía vínculos diferenciados com cada cavalo, tendo suas preferências pessoais, a despeito do pouco tempo que passavam com cada animal.

Em geral, a família acompanhava o equoterapeuta na hora em que a criança era colocada sobre o cavalo – com maior ou menor auxílio, a depender do seu grau de comprometimento físico-motor. Assim que a criança estivesse sobre o cavalo, os equoterapeutas a incentivavam a acariciar o animal. Algumas crianças pareciam se entusiasmar bastante com esse momento e tocavam efusivamente o dorso do cavalo e sorriam sempre durante este momento. Outras afagavam o cavalo delicada e timidamente.

As sessões ocorriam em todas as pistas abertas da hípica - isto é, aquelas que não eram cobertas e que não tinham cercas, estas eram, salvo ocasiões excepcionais, utilizadas somente por outros frequentadores da hípica. O trajeto em geral ocorria de modo que o cavalo passasse por diversos tipos de pisos: de areia, de grama, de terra, de

“brita”, e passando por subidas e descidas mais ou menos íngremes, a depender das limitações do praticante. Cada tipo de piso e as alterações de relevo ajudavam a conformar um certo estilo de marcha ao cavalo.

O voluntário ocupava a posição de guia do animal, na maioria dos casos, a não ser que a criança fosse capaz de conduzir o cavalo sozinha, o que era possível a uma minoria de crianças. O equoterapeuta ocupava a posição de ajudante lateral, assumindo a função de dar apoio à criança para que ela não se desequilibrasse, em alguns casos, era necessária a presença de dois ajudantes laterais, um em cada lado, e esse papel era ocupado, nesse caso, pelo equoterapeuta e um voluntário. As atribuições do ajudante lateral variam de acordo com o grau de equilíbrio sobre o cavalo alcançado pela criança. Se a criança fica estável durante as sessões, o equoterapeuta a acompanha a uma distância razoável, entre meio metro e um metro. Mas se a criança tem dificuldade de se equilibrar sobre o cavalo, o equoterapeuta segura seu tronco ou braço durante todo o trajeto, garantindo que a criança permaneça firme sobre o animal.

Eram realizadas diversas atividades durante o trajeto. Os equoterapeutas chamavam atenção para o ambiente e o que estava em volta das crianças, fazendo comentários do tipo “olha o céu como está bonito”, “olha lá o cachorro, qual a cor do cachorro?”; quando o cavalo passava embaixo ou do lado de uma árvore as crianças eram incentivadas a tocar nas folhas das árvores e mesmo a pegar algumas folhas e jogá-las no chão, ou os equoterapeutas jogavam algumas folhas sobre o cavalo para que a criança se inclinasse para pegá-las; os equoterapeutas sempre conversavam com as crianças, mesmo que estas não respondessem, perguntavam sobre a família das crianças, sobre o que gostavam de comer, sobre o dia, etc.; era comum que se cantassem músicas infantis durante o trajeto; os equoterapeutas pediam para as crianças operassem certos comandos com o cavalo, como colocá-lo em marcha ou virá-lo para algum dos lados, o que segundo eles, melhorava a disciplina e a atenção das crianças; com as crianças menos debilitadas, a bola de *horseball* (que é toda revestida com alças) era utilizada em um jogo onde com o cavalo em marcha, a criança deveria receber e arremessar a bola para quem estivesse mais próximo. Nesse jogo em especial, era possível ver a movimentação intensa da criança sobre o cavalo, associada a uma expressão de alegria e entusiasmo; com crianças menos debilitadas era possível também a realização de exercícios onde a criança guiava sozinha o cavalo, que se mantinha ao passo ou trotando, passando por obstáculos diversos. Os obstáculos “naturais” como troncos de árvores, declives e poças d’água, assim como os “artificiais”, como barras colocadas no

chão ou a alguns centímetros do chão e cones eram explorados tanto pelas crianças que guiavam os cavalos sozinhas como por aquelas que dependiam mais intensamente da presença do guia. Os diversos obstáculos tinham a função ainda de dinamizar o trajeto, torná-lo mais interessante e desafiador.

O tipo de atividades realizadas no momento da montaria dependia da idade e do grau de comprometimento físico-motor da criança. Para algumas, parecia ser um momento bastante lúdico e inclusive ansiosamente aguardado (conforme me contaram algumas mães, enfatizando que o dia de ir à hípica era um dia especial na vida de seus filhos) e podiam-se perceber sorrisos e acenos alegres durante todo o trajeto. Para outras, não causava tanta euforia e animação, uma vez que, segundo os equoterapeutas, a posição ereta sobre o cavalo causa, em diferentes graus, um certo desconforto para quem não tem controle do tronco (uma parcela considerável dos praticantes de equoterapia não consegue permanecer com o tronco ereto se não houver apoio para as costas, situação que ocorre na montaria, daí a necessidade de apoios laterais. Espera-se que a musculatura da região lombar da criança se fortaleça com a equoterapia e que com o tempo ela seja capaz de se manter ereta sem o apoio externo). Coincidentemente ou não, essas crianças para as quais a equoterapia podia representar um momento de dor, eram as que menos pareciam conectadas com o cavalo, isto é, eram as que menos interagiam com o animal, as que menos o tocavam e as que pareciam menos entusiasmadas com as sessões de um modo geral.

Para o primeiro grupo de crianças, ficava claro que a equoterapia era um momento onde, usando a metáfora de Haraway (2008) – que foi cunhada em outro contexto, mas que pode servir para pensar o contexto da equoterapia – o *dois* funciona como *um*, ou nesse momento constitui-se um ser (*being*) que é mais que um e menos que dois. Isto é, a harmonia e a consonância dos movimentos do cavalo e dos movimentos da criança sobre o cavalo, que é algo chave para a montaria, diz respeito a uma situação onde os limites entre cavalo e criança operam menos do que a continuidade entre eles, onde estão em jogo as mútuas afetações mais do que os distanciamentos e nesse sentido, onde as nítidas distinções entre pensar e sentir são colocadas em xeque pela própria lógica do aprendizado das crianças na e da equoterapia, que não supõe, conseqüentemente uma dicotomização entre mente e corpo, associados ao social/cultural e ao biológico, respectivamente.

A última etapa da sessão de equoterapia consistia na saída do praticante de cima do cavalo. Nesse momento os equoterapeutas sugeriam que a criança se despedisse do

animal com afagos e toques (era comum que os equoterapeutas falassem: “abraça o cavalo”, “faz carinho no cavalo”) e as crianças respondiam a esses pedidos, uma delas chegava inclusive a lambar o cavalo, embora tal comportamento fosse repreendido pelos equoterapeutas. Muitas vezes as famílias levavam cenouras, que eram dadas aos cavalos pelas crianças. Esse era um momento bastante interessante, onde a proximidade entre criança e cavalo era pautada por outro tipo de vínculo. Se num primeiro momento, as crianças ficavam receosas ao aproximar suas mãos da boca do cavalo, com o tempo, já o faziam com naturalidade e confiança.

Cabe notar também que as sessões de equoterapia se destinavam a crianças com uma infinidade de problemas e limitações, sendo mais comuns a paralisia cerebral, o autismo e a síndrome de down, mas aparecendo também microcefalia e outras síndromes mais raras, e mesmo no universo da mesma limitação, havia crianças com graus mais severos ou moderados de comprometimento intelectual e motor. Não é nosso intuito analisar cada um desses problemas aqui, mas é interessante observar que os praticantes da equoterapia eram bastante variados no que se refere às suas dificuldades, o que certamente tem algum impacto sobre o modo com a prática é pensada e desenvolvida. Cabe perguntar se os processos de reabilitação se desenvolvem do mesmo modo para pessoas tão diferentes e quando os objetivos que se espera que sejam alcançados pela equoterapia – que relacionam-se diretamente com o tipo de dificuldade da criança – são também diferentes.

5.3 Relações entre discurso e prática

A tônica colocada em questão na reabilitação pelos equoterapeutas e pela família dos praticantes variava em função das particularidades de cada criança e também, no caso da família, do modo como esta concebia a reabilitação e do que ela esperava da equoterapia. Aqui, novamente o modelo do biopsicossocial mostra-se como uma somatória de instâncias separadas mais do que uma inter-relação ou mesmo dissolução das instâncias separadas, uma vez que se leva em conta ora o equilíbrio ora a autoconfiança ou a alegria.

Mas como dissemos anteriormente, por definição, o discurso, ou a linguagem, se preferirmos, não dá conta de abarcar a totalidade das práticas, que são entendidas aqui como avessas à classificação e à ordenação, de modo que toda categorização implica, nesse sentido, um processo de tradução e de simplificação.

No contexto da equoterapia, os índices de reabilitação – melhora do equilíbrio, desenvolvimento motor, alegria, sociabilidade, entre vários outros – são separados e ordenados de acordo com suas posições no modelo hierárquico do biopsicossocial (que supõe que alguns índices reabilitação tem destaque sobre outros), mas as práticas de equoterapia não se dirigem a esses índices e tampouco pressupõem necessariamente uma clara distinção desses índices e conseqüentemente, uma nítida operacionalização do modelo biopsicossocial, de modo que, todas as etapas da prática desde a montaria no cavalo; os afagos que as crianças fazem nos cavalos e que são estimulados pelos equoterapeutas; os jogos e brincadeiras propostos e realizados; os trajetos escolhidos e os diálogos travados, sejam eles tomados em conjunto ou separadamente, se vinculam a reabilitação entendida genericamente.

6. Considerações Finais

Muitos autores se debruçaram sobre que tipo de determinações e diálogos se estabelecem entre as narrativas sócio-antropológicas e as narrativas produzidas no seio de uma sociedade histórica dada. Ora, para nós é muito claro que as narrativas do segundo tipo em alguma medida englobam as primeiras. Desse modo, a produção analítico-conceitual da nossa disciplina está indissociavelmente ligada ao que chamamos aqui, por falta de melhor termo, de modos de pensamento localizados e históricos. O pensamento de nenhum lugar, de nenhum ponto de vista, mostra-se assim sua feição de falácia e de utopia.

A simplicidade cativante das antíteses (ELIAS, 1994) perpassa o discurso sociológico assim como nosso “idioma” familiar. Daí a dificuldade em escapar desses atalhos cognitivos e de fazer avançar um pensamento que dê conta da complexidade e da inter-relacionalidade que supomos, nos ajudaria a melhor compreender certos fenômenos sociais. No entanto, parece que a problematização da localização e da historicidade é parte fundamental da prática sociológica, e foi isso, que, com grau limitado de alcance e de sucesso, buscamos fazer aqui.

REFERÊNCIAS

ANDE, Associação Nacional de Equoterapia. *O que é equoterapia*. Disponível em: <http://www.equoterapia.org.br/equoterapia.php> Acesso em: 29/01/2011.

BECKER, Howard S. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BORDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

DESCOLA, Philippe e PÁLSSON, GÍSLI (eds.). *Nature and Society: Anthropological Perspectives*. New York: Routledge, 1996.

DUARTE, Newton. “A contradição entre universalidade da cultura humana e o esvaziamento das relações sociais: por uma educação que supere a falsa escolha entre etnocentrismo ou relativismo cultural”. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 32, n. 3, Dec. 2006 .

DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. “El dualismo de la naturaleza humana y sus condiciones sociales”. *Entramados y Perspectivas: Revista de la carrera de sociología*. Buenos Aires, v. 1, n. 1, Enero, 2011, pp. 189-200.

DURKHEIM, Émile. *Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DURKHEIM, Émile. “Representações Individuais e Representações Coletivas”. In: *Sociologia, Pragmatismo e Filosofia*. Porto: RÉS Editora, s.d.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. s/d. mimeo.

GANE, Nicholas. “When we have never been human, what is to be done?: Interview with Donna Haraway”. *Theory, Culture and Society*, vol. 23, n. 7-8, 2006, pp. 135-158.

- GARRIGUE, R. "The Practice of Equine therapy". In Selected work, 1. Congresso Brasileiro de Equoterapia (pp. 19-23). Brasília, DF: ANDE/BRASIL, 1999.
- HARAWAY, Donna. "A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente". *Horiz. Antropol.*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, June 2011 .
- HARAWAY, Donna. *When Species Meet*. University of Minnesota Press, Minneapolis, 2008. 423 pp
- INGOLD, Tim. 2003 "A Evolução da Sociedade", in C. Fabian (org.) *Evolução: Sociedade, Ciência e Universo*. Bauru: Edusc.
- INGOLD, Tim. "An Anthropologist Looks at Biology". *Man*, New Series, Vol. 25, No. 2, (Jun., 1990), pp. 208-229
- INGOLD, Tim (ed). *Key Debates in Anthropology*. New York : Routledge, 1996, 251 pp.
- INGOLD, Tim. 2000. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge. 465 pp.
- LEITÃO, Leopoldo Gonçalves. "Relações terapêuticas: Um estudo exploratório sobre Equitação Psico-Educacional (EPE) e autismo". In: *Análise Psicológica*, Instituto Superior de Psicologia Aplicada vol. 22 n. 2. Lisboa jun. 2004. pp. 335, 354.
- MARCELINO, Juliana FôNSECA de Queiroz e MELO, Zélia Maria de. "Equoterapia: suas repercussões nas relações familiares da criança com atraso de desenvolvimento por prematuridade". In: *Estudos de Psicologia*, PUC Campinas vol. 23 n. 3. Campinas Jul./Set. 2006. pp. 279, 287.
- MARX, Karl. 1991. Manuscritos econômico-filosóficos. In: *Marx* (J. A. Giannotti, seleção dos textos), pp. 159-208, São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MELO-FILHO, Djalma A. de. "Antinomias e "suturas" epistemológicas entre biológico-social e individual-coletivo no âmbito da epidemiologia social". *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 30, n. 4, Aug. 1996 .
- TAUFFKIRCHEN, E. "A good seat on the horse: a requirement for an effective hippotherapy". *Therapeutic Riding in Germany*, September 1996.
- VELHO, Otávio. "De Bateson a Ingold: Passos na constituição de um paradigma ecológico". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, Oct. 2001.